

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Quinta Sessão Ordinária
24 - 30 Junho de 2009
SIRTE - LÍBIA

EX.CL/514 (XV)

RELATÓRIO DA SEGUNDA REUNIÃO ANUAL CONJUNTA DA
CONFERÊNCIA DE MINISTROS DA ECONOMIA E FINANÇAS DA UA E
DA CONFERÊNCIA DE MINISTROS DAS FINANÇAS, PLANIFICAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA CEA
Cairo, Egipto, 2 - 7 de Junho de 2009

**RELATÓRIO DA SEGUNDA REUNIÃO ANUAL CONJUNTA DA CONFERÊNCIA DE
MINISTROS DA ECONOMIA E FINANÇAS DA UA E DA CONFERÊNCIA DE
MINISTROS DAS FINANÇAS, PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO DA CEA**

Cairo, Egipto, 2 - 7 de Junho de 2009

Introdução

A. Participação

1. A Segunda Reunião Anual Conjunta da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da UA e da Conferência de Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico realizou-se no Cairo, Egipto, de 2 a 7 de Junho de 2009. A Conferência foi formalmente aberta por Sua Excelência Sr. Sufian Ahmed, Presidente da Mesa cessante da Conferência e Ilustre Ministro das Finanças da República Federal Democrática da Etiópia. As intervenções de abertura foram proferidas por Sua Excelência, Sr. Abdoulie Janneh, Subsecretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) e por Sua Excelência, Dr. Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana. Sua Excelência Sr. Youssef Butrous-Ghali, Ministro das Finanças da República Árabe do Egipto, também se pronunciou.

2. A reunião foi presenciada por representantes dos seguintes Estados Membros: Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Senegal, Seychelles, Sierra Leone, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estavam também presentes as seguintes organizações económicas regionais: a União do Magreb Árabe (AMU), Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL), Mercado Comum para África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

4. Estiveram também representados os seguintes órgãos das Nações Unidas e agências especializadas: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Escritório do Alto Representante dos Estados Insulares Menos Desenvolvidos e Encravados (OHRLLS), o Escritório do Conselheiro Especial para África (OSAA), Programa

Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG), Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (UNOHCHR), o Banco Mundial, e o Programa Alimentar Mundial (PAM).

5. Estavam presentes observadores dos seguintes Estados Membros: Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Japão, Alemanha, Índia, Indonésia, e Estados Unidos (Missão na União Africana).

6. Estavam ainda presentes observadores das seguintes organizações: Arab African Business (AAB), Acção para Ajuda Internacional (AAI), Centro Africano para Investigação e Formação Aplicada em Desenvolvimento Social (ACARTSOD), Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD), Fórum de Parceria Africana (APF), African Monitor, Banco dos Estados da África Central (BEAC), União Europeia (UE), Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Liga dos Estados Árabes (LAS), Secretariado da NEPAD, Organização de Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD).

B. Adopção da Agenda e eleição da Mesa

A Conferência adoptou a seguinte agenda:

1. Abertura da Conferência
2. Eleição da Mesa
3. Adopção do projecto de agenda e programa de trabalho
4. Debate da política ministerial sobre o tema: *Melhorar a eficácia da política fiscal para mobilização de recursos nacionais*
 - Implicações da crise financeira e económica mundial para o desenvolvimento de África ao longo prazo.
 - Política fiscal e mobilização de recursos nacionais: Opções políticas de África
5. Lançamento do Relatório Económico sobre África, 2009 (Breves considerações seguidas de uma conferência de imprensa pelo Presidente da CUA e o Secretário Executivo da CEA sobre ERA 2009 e outros tópicos)

6. Apreciação do relatório e das principais recomendações da reunião do Comité de Peritos da Reunião Anual Conjunta da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da UA e da Conferência de Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da CEA.
7. Diversos
8. Apreciação e adopção do projecto de Declaração Ministerial e projectos de resoluções
9. Encerramento da Conferência

Eleição da Mesa

7. A Conferência elegeu por unanimidade os seguintes Estados Membros para integrar a nova Mesa.

Presidente:	República Árabe do Egipto
Primeiro Vice-presidente:	Chade
Segundo Vice-presidente:	Zimbabwe
Terceiro Vice-presidente:	Benim
Relator:	Quênia

C. Procedimentos

Abertura da Conferência

8. Na sua intervenção de abertura, o Presidente da Mesa cessante da Conferência e Ilustre Ministro das Finanças da República Federal Democrática da Etiópia, Sr. Sufian Ahmed, agradeceu a Conferência pela confiança a ele depositada durante o período do seu mandato e elogiou os seus colegas da Mesa pela sua cooperação. Agradeceu ainda o governo e povo da República Árabe do Egipto por acolher a Conferência, e pelas calorosas boas vindas transmitidas a todas as delegações presentes na Conferência. Depois de referir que a Conferência realiza-se por ocasião da mais grave crise financeira e económica mundial numa geração, o Sr. Sufian disse que o impacto da crise sobre a África será austero, porque ela torna-se uma crise humana e de desenvolvimento. Portanto, a prioridade dos países africanos será o de conter o impacto adverso da crise sobre o crescimento e a pobreza, enquanto se preservam as realizações arduamente alcançadas nos últimos anos, incluindo a estabilidade macroeconómica.

9. O ilustre Ministro referiu que o tema da Conferência era particularmente actual e relevante, uma vez que a maioria dos países Africanos enfrentam quedas de recursos financeiros provenientes de fontes como remessas de dinheiro, exportação, procura de comodidades, ajudas e circulação de capitais. Por isso, a Conferência deverá constituir-se numa oportunidade para examinar fontes alternativas de financiamento ao

desenvolvimento, incluindo o melhoramento das políticas macroeconómicas, reforço dos sistemas fiscais, e melhoramento da gestão das despesas públicas. Os resultados da Conferência contribuirão para a próxima reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre a crise financeira e económica mundial e para a próxima Cimeira do G-20.

10. O Sr. Sufian indicou que uma parte substancial da lacuna relativa ao financiamento ao desenvolvimento nos países Africanos devia ser colmatada através do aumento da poupança doméstica. Contudo, isto não foi possível em muitos países devido a fraca base de rendimentos e um sector financeiro subdesenvolvido, que tornou difícil mobilizar poupanças domésticas. Nesta conformidade, o Ministro notou que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ODA) manter-se-á importante na variedade de opções de financiamento ao desenvolvimento em África, e apelou aos que prometeram ajuda a aumentarem significativamente a assistência a África. Referiu ainda que as instituições financeiras internacionais desempenharam um papel crucial na provisão de maiores, melhores e céleres financiamentos para ajudar a proteger os investimentos na área da saúde e educação, estimular as economias africanas e criar empregos através de infra-estruturas e financiamento ao comércio.

11. Na sua intervenção de abertura, o Sr. Abdoulie Janneh, Subsecretário Geral das Nações e Secretário Executivo da CEA, saudou os participantes a Conferência e agradeceu o Governo e povo da República Árabe do Egipto pela sua generosidade em acolher a Conferência. Teceu elogios ao Presidente da Mesa cessante e Ministro das Finanças da República Federal Democrática da Etiópia, Sr. Sufian Ahmed, pela sua credível liderança durante o seu mandato.

12. O Sr. Janneh referiu que, embora a crise financeira e económica mundial não seja oriunda de África, o seu impacto sente-se no continente. As notáveis realizações alcançadas na última década estão agora sob ameaça e existe um sério risco de milhões de habitantes serem atirados de volta para a pobreza (juntando-se aos 100 milhões de pessoas empobrecidas mundialmente pela crise alimentar e de combustíveis no ano passado) e a estabilidade política poderá até estar ameaçada em alguns países.

13. O Sr. Janneh sublinhou quatro áreas chave onde é necessária acção concertada na base de responsabilidade comum de África e seus parceiros de desenvolvimento para mitigar o impacto desfavorável da crise, e garantir que a África contribua para os esforços de recuperação e desenvolvimento sustentável. Primeiro, há necessidade de tomada de medidas imediatas para preservar as recentes realizações de África no campo de desenvolvimento económico e social, e isso inclui medidas sociais para proteger os mais pobres e vulneráveis. Segundo, devem ser exploradas opções de política doméstica para fazer face à crise, o que inclui o uso do espaço fiscal para apoiar o crescimento e outros objectivos a longo prazo, tais como diversificação económica e a concorrência. Terceiro, há necessidade de transformar compromissos, mesmo aqueles feitos na recente Cimeira de Londres do G-20, em acções concertadas e recursos adicionais, incluindo avançar além dos compromissos

existentes para ajudar a África a solucionar as suas necessidades financeiras. Quarto, o Secretário Executivo também realçou a necessidade de acelerar as reformas da arquitectura financeira internacional, incluindo a governação de instituições financeiras internacionais, com vista a ampliar a voz e representatividade de África nestes processos.

14. Concluiu que a Declaração Ministerial a adaptar no fim da reunião deve incluir a visão, preocupações e perspectivas de África para a próxima reunião do G-8 na Itália, bem como para a próxima Cimeira do G-20.

15. Na sua intervenção de abertura, o Dr. Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana (CUA), saudou os participantes à reunião e agradeceu ao Governo e povo da República Árabe do Egito pela sua calorosa hospitalidade e generosidade em acolher a Conferência. O Dr. Ping referiu que o tema da Conferência providenciou outra oportunidade importante para os países Africanos contribuírem para os esforços e iniciativas em curso para o alcance de soluções para a crise. Destacou outras iniciativas anteriores do continente para fazer face a crise, incluindo a Conferência de Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais, conjuntamente organizada pela Comissão da UA, CEA e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em Tunis, em Novembro de 2008, a criação do Comité dos Dez (C10); e a participação de África na Cimeira do G-20 de Londres. Estas reuniões realçaram a necessidade de África adoptar uma posição comum e falar por uma só voz para dar resposta a crise.

16. O Presidente da Comissão da UA notou com preocupação que a África passou por três crises no espaço de 18 meses – uma crise de energia, uma crise alimentar e uma crise financeira, que retardou os esforços em curso para intensificar e diversificar a produção agrícola, melhorar a segurança alimentar, e preservar a estabilidade macroeconómica.

17. O Dr. Ping disse que a actual crise financeira e económica mundial demonstrou o insucesso do *Consenso de Washington* e do fundamentalismo mercantil. Notou que o uso de política fiscal como instrumento de contenção dos feitos da crise sobre a África era consistente com a ideia e estratégia dominante dos países desenvolvidos, que consiste em introduzir medidas estimulantes para apoiar o crescimento e enfrentar a crise. Notou ainda que a África deverá necessitar de assistência adicional de parceiros de desenvolvimento para atenuar a crise e ajudar a manter os ODM ao alcance. Nesta conformidade, apelou aos países desenvolvidos a honrar os seus compromissos em termos de ajuda e alívio da dívida e melhoria das condições para aceder a ajuda pública ao desenvolvimento.

18. Na sua intervenção de abertura, o Ilustre Ministro das Finanças da República Árabe do Egito, Dr. Youssef Boutros-Ghali, saudou todos os participantes à Conferência, em nome do seu Governo. O Ministro notou que a crescente atenção que vem sendo dada à África pela comunidade internacional nos últimos anos constitui um bom desenvolvimento, a partir do qual o continente deve capitalizar. Referiu depois que a consistente subida das taxas de crescimento de mais de 5 por cento, nos

últimos anos, são uma oportunidade do continente instaurar-se como um interveniente principal no mundo. Contudo, o Ministro notou com preocupação que a actual crise financeira e económica mundial já está a ter um impacto desfavorável no crescimento e redução da pobreza em África devido aos diminutos rendimentos, serviços ineficazes e reduzido acesso ao financiamento.

19. O Ministro exprimiu a sua firme convicção que, através de políticas fiscais e económicas eficazes, o continente irá atenuar o impacto da crise financeira e económica mundial. O Ministro indicou que, apesar dos efeitos aflitivos do abrandamento económico, a crise proporcionou uma notável oportunidade para os países africanos acelerar o crescimento e emergir mais forte de situações difíceis.

20. O Ministro notou que ultrapassar o impacto da crise requer uma clara visão de acção colectiva, bem como sintetização de ideais e utilização das melhores práticas, que eram os maiores objectivos da Conferência. Apelou a concessão financeira adicional para os países Africanos. Nesta sentido, o Ministro saudou a recente decisão do FMI de duplicar a sua capacidade de concessão de empréstimo para os países Africanos e rever os seus mecanismos de empréstimos para torná-los mais flexíveis e respondentes às necessidades de financiamento dos países Africanos. O Ministro sublinhou a necessidade dos países africanos continuarem a priorizar o fortalecimento das redes sociais de protecção e promover gastos em infra-estruturas, mesmo às expensas de défices orçamentais mais altos e aumento do fardo da dívida interna.

Debate da Política Ministerial sob o Tema: *Melhorar a Eficácia da Política fiscal para a mobilização de recursos nacionais (Ponto 4 da Agenda)*

21. A luz deste ponto da agenda, foram organizados dois debates de alto nível sobre o tema da Conferência que abordaram dois subtemas. O primeiro painel examinou as implicações da crise financeira e económica mundial para desenvolvimento de África a longo prazo; e o segundo painel abordou o tema, *Política fiscal e mobilização de recursos nacionais: Opções políticas de África*. As discussões do painel foram moderadas por Sua Excelência, Dr. Youssef Boutros-Ghali, Ministro das Finanças, República Árabe do Egipto.

Sessão 1: Discussão do painel sobre as implicações da crise financeira e económica mundial para o desenvolvimento de África a longo termo.

22. Sua Excelência Dr. Youssef Boutros-Ghali, Ministro das Finanças da República Árabe Socialista do Egipto apresentou os tópicos do primeiro painel de debates, fazendo algumas observações breves. O Ministro notou que a crise financeira e económica mundial proporcionou uma oportunidade para os países Africanos reconsiderar as suas estratégias de crescimento e concentrar-se na mobilização de recursos para aumentar o investimento e a produtividade. Isto ajudaria os países a atingir os seus objectivos de desenvolvimento a longo prazo, incluindo a necessária transformação económica que lhes permitiria melhorar a sua Resistência contra futuros choques.

23. Relativamente às implicações das decisões da recente Cimeira do G-20 para África, o Ministro manifestou dúvidas de que a África possa beneficiar dos recursos adicionais prometidos dada à natureza não concessionária dos recursos. Destacou algumas propostas relativas ao apoio externo aos países em desenvolvimento, incluindo os países Africanos, bem como propostas para a venda parcial da reserva de ouro do FMI para subsidiar empréstimos aos países de baixo rendimento; a alocação de novos DRS, os quais devem ser baseados nas necessidades do país e não na dimensão económica; e a necessidade de uma maior transparência na alocação de financiamento pelas instituições multilaterais de desenvolvimento. Reiterou que estava confiante no que diz respeito à capacidade de África de aguentar as dificuldades desde que o continente aja em harmonia e fale com uma única voz. Em particular, o Ministro exortou os países Africanos a continuar envolvidos nos esforços em curso para reestruturar o sistema financeiro mundial neste momento de mudança. Neste sentido, salientou que a África do Sul e o Egipto tinham sido atribuídos a tarefa de fazer recomendações em nome de África sobre a reforma da estrutura de governação do FMI, após a Cimeira do G20 de Abril de 2009.

24. Após o discurso introdutório por parte do Dr. Boutros-Ghali, houve um debate a nível do painel que abordou várias dimensões do impacto da crise financeira e económica mundial sobre o desenvolvimento a longo prazo de África, incluindo recomendações sobre o que África e seus parceiros de desenvolvimento poderiam fazer com vista a mitigar o impacto da crise.

25. O debate sobre estes tópicos foi dirigido por um painel composto pelo Sr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário de Assuntos Económicos, Comissão da União Africana; Sr. Supachai Panitchpakdi, Secretário-Geral do UNCTAD; Sr. Jomo Kwame Sundaram, Secretário-Geral Assistente, Departamento das Nações Unidas dos Assuntos Económicos e Sociais (UN-DESA), Sr. Kanayo Nwanze, Presidente, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD); e Dr. Leonce Ndikumana, Director de Pesquisa, BAD.

África e a crise económica mundial: Desafios e oportunidades

26. Na sua apresentação, o Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário da UA para Assuntos Económicos, destacou alguns impactos da crise, incluindo a redução dos fluxos comerciais, dos investimentos directos estrangeiros, da Ajuda pública ao Desenvolvimento (APD) e de remessas. A depreciação da moeda e a queda dos índices dos mercados financeiros são também alguns dos muitos efeitos adversos da actual crise. Além disso, a previsão de crescimento de África para 2009 foi drasticamente revisto para baixo, para cerca de 2 pontos percentuais, que é significativamente inferior à taxa de crescimento anual situado em 7 pontos percentuais necessário para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

27. O Comissário sublinhou a necessidade de respostas de política efectivas para, de uma forma abrangente, fazer face a crise, com particular ênfase sobre medidas para recapitalizar os mercados de capitais e fortalecer a regulamentação do sector financeiro. Destacou a necessidade de África ter que definir uma posição comum ao fazer face à crise e de aumentar a sua voz e posição colectiva na ordem económica mundial emergente. Notou ainda que a crise criou oportunidades para África em diversas áreas tais como a integração regional, desenvolvimento de infra-estruturas, diversificação económica e mobilização de recursos internos. As outras oportunidades destacadas incluem o aprofundamento das reformas macroeconómicas e melhoria do clima de negócios com vista a atrair tanto o investimento directo nacional como estrangeiro.

Implicações da crise financeira e económica mundial para o comércio e investimento em África: perspectivas a longo prazo

28. Na sua apresentação, o Sr. Supachai Panitchpakdi, Secretário-Geral da UNCTAD, destacou alguns desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, incluindo os Africanos, na mitigação do impacto da crise financeira mundial. Explicou que a UNCTAD publicou indicadores e alertou sobre a crise muito antes de se fazer sentir em todo o mundo.

29. Após fazer uma revisão dos efeitos adversos da actual crise sobre África, incluindo o declínio substancial no comércio e fluxos de investimento, o Sr. Panitchpakdi notou que havia um espaço limitado para políticas fiscais anti-cíclicas em muitos países Africanos, para fazer face ao actual impacto devido a falta de recursos. Notou que estes países teriam dificuldades em aumentar as taxas de imposto ou expandir a base tributária, e exortou os países desenvolvidos a tomar em consideração as necessidades financeiras dos países de baixo rendimento e vulneráveis ao formularem as suas estratégias de recuperação. Observou que embora os países em desenvolvimento tenham solicitado apoio externo para fazer face aos desafios resultantes do impacto da crise, o seu acesso à ajuda financeira, particularmente para investimento e comércio externo, continuou limitado pelos condicionalismos rígidos. Neste sentido, o Sr. Panitchpakdi realçou que era importante definir com mais clareza as condições e modalidades para que os países Africanos tenham acesso aos recursos adicionais prometidos na Cimeira de Londres do G20. Entretanto, as instituições financeiras internacionais tais como o Banco Africano de Desenvolvimento devem ser fortalecidas e recapitalizadas com vista a providenciarem financiamento para investimentos, em particular para infra-estruturas, agricultura e meio ambiente.

30. Além disso, o Sr. Panitchpakdi reiterou o apelo feito pelo Sr. Boutros-Ghali, de que a alocação de novos DSE por parte do FMI deve ser baseada nas necessidades financeiras dos Estados Membros e não na dimensão das suas economias e quotas. Apelou os países Africanos a assegurar a sua total participação nos esforços em curso para melhorar a governação económica mundial e negociar uma moratória temporária

das dívidas e, ao mesmo tempo, redobrar os seus esforços para mobilizar recursos internos.

Dimensões económicas e sociais da crise, incluindo a resposta da ONU

31. Na sua apresentação, o Sr. Jomo Kwame Sundaram, Secretário-Geral Assistente do Departamento da ONU de Assuntos Económicos e Sociais notou que as Nações Unidas havia alertado sobre a crise muito antes desta ter ocorrido, mas os Estados Membros não prestaram atenção ao alerta. Consequentemente, o mundo foi apanhado desprevenido. Os desequilíbrios mundiais insustentáveis e um sistema financeiro internacional caracterizado por regulamentos inadequados foram as principais causas da crise, e a maioria dos países em desenvolvimento foram vítimas inocentes. A globalização foi em grande medida na área financeira e não comercial, e houve fluxos líquidos de fundos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos.

32. O Sr. Sundaram notou ainda que a crise levou a um declínio significativo dos preços de mercadorias e exportações, bem como dos fluxos de capitais para África uma vez que a recessão expandiu-se dos países desenvolvidos para os países em transição e em desenvolvimento. Notou que as perspectivas de recuperação económica eram incertas e que as taxas previstas de crescimento do PIB em África irão cair muito para além da taxa de crescimento da população em 2009. Realçou ainda o elevado impacto social da crise, notando em particular as recentes estimativas da OIT de que o número de trabalhadores pobres tinha aumentando para mais de 200 milhões e o número de desempregados em 51 milhões.

33. O Sr. Sundaram manifestou preocupação de que a resposta internacional à crise até o momento centrava-se mais sobre a mobilização financeira e menos na abordagem das necessidades de desenvolvimento dos países pobres. Realçou a necessidade de uma maior cooperação internacional nos esforços com vista a reformar o sistema financeiro internacional e assegurou a Conferência o apoio das Nações Unidas ao processo de reforma.

Abordagem do impacto da crise sobre a segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento sustentável

34. Na sua apresentação, o Sr. Kaayo Nwanze, Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), salientou que o impacto da crise alimentar e energética foi agravado pela crise financeira, e que poderia por sua vez afectar os progressos rumo à realização dos ODMs através da redução dos fluxos de capitais e das fontes internas de financiamento. Notou com preocupação que o investimento na agricultura e na produção de alimentos havia reduzido como resultado da recessão mundial, que afectou a receita de mercadorias, os fluxos da ODA, o Investimento Directo Estrangeiro e as remessas. Portanto, o desafio dos países Africanos é de aumentar o investimento na agricultura para pelo menos 10 por cento da despesa

pública conforme acordado pelos Chefes de Estado e de Governo na Declaração de Maputo de 2003 em face da crise financeira.

35. O Presidente do IFAD salientou que a promoção da agricultura de pequena escala continua sendo uma das melhores formas para resolver a crise alimentar e alcançar o desenvolvimento sustentável em África. Além disso, deve-se priorizar a promoção das parcerias público-privadas na agricultura comercial de grande escala, incluindo o investimento em infra-estruturas, em particular as estradas e tecnologias. Contudo, alertou que as parcerias com os governos estrangeiros e as actividades devem ser adequadamente estruturadas e regulamentadas com vista a proteger os direitos dos pobres.

Medidas compensatórias adicionais e financiamento ao desenvolvimento para os países Africanos: Implicações da Declaração do “Grupo 20” para África, incluindo o papel do FMI e do BAD

36. Na sua apresentação, o Sr. Leonce Ndikumana, Director de Pesquisa no Banco Africano de Desenvolvimento, notou que os desafios de desenvolvimento de África durante este período da crise financeira e económica mundial continuaram fundamentalmente os mesmos que antes da crise. Realçou a necessidade de preservar as bases de crescimento no continente através do fortalecimento dos impulsionadores de crescimento locais, promoção do investimento doméstico, em particular as infra-estruturas, fortalecimento do sector bancário e criação de novas parcerias.

37. O Sr. Ndikumana realçou algumas das respostas mundiais e regionais à crise, incluindo os recentes compromissos por parte do G20, e os novos mecanismos de financiamento desenvolvidos pelo FMI e bancos de investimento multilaterais. Reafirmou que África pode não conseguir satisfazer as condições exigidas para beneficiar de forma substancial dos recursos adicionais prometidos, dado que a maior parte deles estariam na forma de empréstimos a curto prazo. Para que África possa beneficiar e maximizar os ganhos das promessas mundiais de recursos, há uma necessidade de rever o quadro de sustentabilidade da dívida, ajustar o financiamento externo com as necessidades de desenvolvimento nacionais, aumentar a voz e a representação de África nos processos internacionais.

38. Descreveu ainda as medidas para aumentar de forma efectiva o financiamento ao desenvolvimento em África: melhor direccionamento das intervenções tomando em consideração os constrangimentos específicos do país; maior mobilização de recursos internos, e continuação do apoio à agenda de integração regional abrangente e o comércio intra-Africano.

Debate Geral

39. O debate enfatizou a maioria das questões e sugestões apresentadas pelos membros do painel, incluindo o impacto adverso da crise sobre o crescimento a longo

prazo de África e os esforços para aumentar o financiamento para o desenvolvimento social. Acrescentou-se que o resultado da reunião do G20 de Abril de 2009 não correspondia às expectativas de África. África necessita de maior voz na regulamentação mundial, bem como um estímulo fiscal para impulsionar o crescimento económico. A reunião do G20 não abordou na íntegra estas preocupações e tem de cumprir com as suas promessas. Embora a posição e os desafios de África tenham sido bem articulados e auscultados, espera-se agora ver o nível de assistência que será na verdade prestado.

40. A conferência destacou as estratégias que podem ser usadas pelos países Africanos para que possam transformar as suas economias a médio e longo prazos. Estas estratégias incluem a diversificação económica através de um maior investimento na agricultura, indústria, infra-estruturas e capital humano, bem como melhoria do ambiente de investimento. A Conferência reconheceu o apelo para o aumento da mobilização de recursos internos em face da insuficiência de financiamento externo e as necessidades de financiamento de África. Neste sentido, a adopção do estatuto do Banco Africano de Investimento foi acolhido com satisfação uma vez que reforça o cenário financeiro regional. Notou-se que para mitigar o impacto social da crise alguns países Africanos adoptaram medidas com vista a fortalecer as redes de segurança social e prestar apoio direccionado aos sectores produtivos afectados pela crise.

41. A Conferência notou que embora o aumento da mobilização de recursos internos fosse importante, muitos países Africanos solicitaram recursos externos com vista a satisfazer as suas necessidades de desenvolvimento. O debate salientou os motivos que levaram os progressos na mobilização de recursos internos a serem lentos, apesar dos compromissos assumidos em Monterrey e Galingales.

42. O debate notou os esforços envidados por alguns países Africanos no sentido de assegurar o financiamento ao défice para sustentar as políticas fiscais anti-cíclicas e notou que o impacto do financiamento ao défice dependia, contudo, se a deflação ou inflação constituía ou não o maior problema. Se a deflação for o principal problema conforme alertado pelo Banco Mundial, então o financiamento ao défice está assegurado, mas se o problema for a inflação conforme indicado pela UE então o financiamento terá vários inconvenientes.

43. A Conferência manifestou preocupação em relação a algumas questões que influenciam a capacidade de África de responder à crise. Primeiro, os fluxos de ODA para África continuam a não corresponder aos compromissos assumidos nos vários fóruns. Segundo, embora esteja-se a espera da conclusão da Ronda de Doha, têm sido tomados passos rumo ao proteccionismo, manifestado por questões como as novas normas ambientais e sociais. Terceiro, os países Africanos têm interesses concorrenciais e trabalham uns contra aos outros durante as negociações importantes, incluindo conversações sobre o comércio e Acordos de Parceria Económica (APEs). Finalmente, a liberalização do comércio tem por vezes minado a segurança alimentar,

particularmente nos países em desenvolvimento com falta de capacidade para responder à insuficiência de víveres alimentícios.

Recomendações

44. O debate notou que a África necessitava de estratégias de crescimento e desenvolvimento a longo prazo, com vista a reduzir os impactos externos tal como a actual crise financeira mundial. O Estado deve estar envolvido e liderar o sector privado, o qual deve ser atribuído espaço para desempenhar um papel mais activo no crescimento e desenvolvimento. Para acelerar e sustentar o crescimento, África necessita de estratégias de diversificação, bem como políticas e reformas macroeconómicas seguras. O sucesso e o fracasso das estratégias dependem da implementação e os países Africanos têm de identificar os constrangimentos e abordá-los de uma forma realística.

45. Os esforços importantes a este respeito abarcam o investimento em infra-estruturas e desenvolvimento do capital humano, na ciência e tecnologia, com vista a aumentar a produtividade, bem como expandir a produção agrícola tendo em vista a segurança alimentar. A Conferência sublinhou também a necessidade dos países Africanos aprofundar a integração regional e melhorar o comércio intra-Africano, bem como a cooperação Sul-Sul para que tenham uma posição coordenada nas negociações sobre o comércio e APEs.

46. A Conferência notou que a crise financeira levou alguns países Africanos a fazer uma avaliação interna e a fortalecer as suas instituições financeiras. Neste sentido, deve-se prestar atenção especial sobre a capitalização destas instituições. Os países Africanos necessitam de políticas mais eficazes para estimular o desenvolvimento das PME. Na arena mundial, o membro Africano do G20, África do Sul, é exortado a defender as posições do continente no que diz respeito a questões importantes como a reforma da administração do FMI e outras instituições financeiras internacionais.

47. Finalmente, a Conferência notou a necessidade de avançar com as actividades em algumas áreas de negociação sobre o comércio tais como o algodão e ajuda ao comércio, e não esperar até a conclusão da Ronda de Doha.

Sessão II: Debate do Painel sobre a política fiscal e mobilização de recursos internos: opções de políticas de África

48. O Debate sob este painel realçou a apresentação feita pelo Secretariado sobre o papel da política fiscal na mobilização de recursos internos. A apresentação foi seguida por um debate do painel que aborda quatro questões da actualidade de preocupação para os países Africanos: política fiscal eficaz de mobilização de recursos internos; tributação, sustentabilidade da dívida e mobilização de recursos internos; o papel da ODA na melhoria da mobilização de recursos internos: o caso da Etiópia; boa governação e mobilização de recursos internos. O debate foi dirigido por um painel

composto por pelo Sr. Zia Qureshi, Assessor Sénior, Banco Mundial; Sr. Nhlanhla Nene, Vice-Ministro das Finanças, África do Sul; Sr. Sufian Ahmed, Ministro das Finanças, Etiópia; e Sr. Martin Khor, Director Executivo, The South Centre.

Política fiscal eficaz de mobilização de recursos internos no contexto da crise financeira

49. Na sua apresentação, o Secretariado notou que a redução no financiamento a partir das fontes externas (tradicionais) levou África a concentrar-se sobre a mobilização de recursos internos, e apresentou uma análise comparativa das várias fontes de financiamento ao desenvolvimento para o continente. Após destacar que as infra-estruturas e governação fracas constituíam obstáculos à mobilização de recursos internos, o apresentador manifestou preocupação em relação ao baixo nível de poupança em África e sublinhou o papel importante da política fiscal.

50. A apresentação identificou algumas das medidas importantes para a mobilização eficaz de recursos internos tais como o fortalecimento da colecta de recursos internos, intensificação da poupança privada e aumento do papel da ODA na mobilização de recursos internos. A apresentação realçou a necessidade de políticas fiscais anti-cíclicas para amortecer os efeitos da crise, maior mobilização de recursos internos para reduzir a vulnerabilidade ao financiamento externo, e direccionar mais ODA para actividades de capacitação tendo em vista a mobilização de recursos internos.

Formulação de políticas fiscais para abordar o impacto económico e social da crise a longo prazo

51. Na sua apresentação, o Sr. Zia Qureshi, do Banco Mundial, fez alusão a questões sobre políticas fiscais no contexto dos impactos económicos e sociais da crise financeira mundial sobre os países em desenvolvimento, bem como a respostas de políticas necessárias baseadas no Relatório de Monitoria Mundial de 2009. Notou que o crescimento económico iria abrandar em 2009 para 1.6 pontos percentuais nos países em desenvolvimento e 1.7 pontos percentuais na África Subsaariana. Notou que a crise necessita de uma resposta mundial que possa ser articulada em redor de seis áreas prioritárias: uma resposta fiscal adequada para apoiar o crescimento e proteger os pobres; manutenção da estabilidade macroeconómica; melhoria do ambiente de investimento com particular atenção sobre o fortalecimento dos sistemas financeiros; potencialização do sector privado na realização dos objectivos de desenvolvimento humano; aumento gradual da ajuda aos países de baixo rendimento; e renúncia a tendências proteccionistas na área de comércio e investimento. A apresentação destacou também a necessidade das instituições financeiras internacionais terem recursos suficientes para responder à crise e dos países em desenvolvimento, em particular, terem de estabelecer redes de segurança sociais e apoiar as empresas de média e pequena escala.

Tributação, sustentabilidade da dívida e mobilização de recursos internos

52. Na sua apresentação, o Sr. Nhlanhla Nene, Vice-Ministro das Finanças, África do Sul, notou que a receita proveniente da tributação poderia, eventualmente, substituir a ajuda como a principal fonte de financiamento para os países que são altamente dependentes da ajuda. O aumento de receitas suficientes permitiria que os países tivessem as suas próprias políticas e estabelecessem as suas prioridades de desenvolvimento. Alertou que a substituição da ajuda pelas receitas provenientes da tributação era mais complexo devido aos desafios relacionados com o estabelecimento de taxas de imposto adequadas, identificação da base tributária, e o tipo de administração e legislação a ser estabelecido para a colecta de impostos.

53. Notou também que a ajuda não poderia ser tão efectiva como o imposto em termos de formulação e gestão da política fiscal, pois, devia ser o suficientemente previsível e flexível para facilitar a planificação a médio e longo prazos. Os países dependentes de ajuda carecem de apoio para adoptar medidas de políticas anti-cíclicas para mitigar o impacto da crise económica. Neste sentido, exortou os doadores a cumprir com os seus compromissos e a torna-los mais previsíveis e sensíveis às decisões de despesa dos países beneficiários, incluindo as alocações de ajuda para infra-estruturas, em particular nos sectores dos transportes, telecomunicações e energia.

O papel da ODA na mobilização de recursos internos – Etiópia

54. Na sua apresentação sobre o papel da ODA na melhoria da mobilização de recursos internos na Etiópia, o Sr. Sufian Ahmed, Ministro das Finanças e Desenvolvimento Económico, sublinhou a importância da ODA no financiamento de infra-estruturas sociais e outros programas de desenvolvimento vitais. O Ministro notou que houve um declínio nos últimos anos nos fluxos da ODA e poucos países desenvolvidos honraram as suas promessas de alocar 0.7% do seu Produto Nacional Bruto (PNB) para fluxos da ODA. Embora não houvesse evidências de que os doadores previram a redução dos fluxos da ODA para África, pressões para recapitalizar os seus sectores bancários e prestar apoio às suas indústrias debilitadas poderia força-los nesse sentido.

55. Uma mensagem chave da apresentação foi de que África tinha de fortalecer a sua capacidade para mobilizar poupanças internas com vista a acelerar a acumulação de capital bruto e o crescimento. A política fiscal foi um instrumento chave para realizar vários objectivos de desenvolvimento, mas após décadas de uma gestão ineficiente da política fiscal e acumulação de dívidas seguido por um período de limitação fiscal, foi o momento para o estabelecimento de um novo paradigma no uso da política fiscal. No quadro deste novo paradigma, houve uma necessidade de assegurar que a consolidação a longo prazo das finanças públicas não impedisse um uso mais efectivo dos instrumentos da política fiscal pró-desenvolvimento.

56. A apresentação realçou que quando efectivamente desenvolvida e implementada a política fiscal pode impulsionar o crescimento e estimular mais a mobilização de recursos internos privados. Concluiu realçando que o fluxo excessivo de ajuda é susceptível de ter um impacto negativo sobre a geração de receita. Os Estados altamente dependentes da ajuda externa sentem-se menos motivados para estabelecer estruturas administrativas e burocráticas necessárias para a colecta de impostos a nível interno.

Boa governação e mobilização de recursos internos

57. Na sua apresentação, o Sr. Martin Khor, Director Executivo, da South Centre, descreveu as propostas relativas à abordagem do efeito da crise financeira e económica sobre os países em desenvolvimento. Notou que o efeito da crise sobre os países em desenvolvimento era mais significativo no que diz respeito ao comércio e finanças. O efeito comercial manifestou através da redução da procura de mercadorias e dos preços, e o efeito financeiro manifestou-se através da contracção nos créditos. A apresentação realçou a necessidade de políticas e reformas nacionais, regionais e internacionais para fazer face à crise.

58. O apresentador apelou para a reforma do sistema internacional com o objectivo de promover a estabilidade financeira, aumentar o acesso a recursos financeiros adequados e estáveis, evitar crises de dívidas, e estimular os mercados de bens e serviços. Salientou também a necessidade de se precaver contra novos aspectos de protecção comercial dos planos de recuperação implementados em alguns países desenvolvidos. Relativamente aos países em desenvolvimento, salientou que os actuais Acordos de Comércio Livre deviam ser revistos com vista a permiti-los regular os fluxos de capitais quando necessário. Realçou que a reforma do FMI era vital e devia permitir o apoio de políticas anti-cíclicas e dos esforços relacionados por parte dos países em desenvolvimento com vista a mitigar o impacto da crise. A arquitectura financeira mundial deve incluir o estabelecimento de um fundo multilateral para ajudar os países em desenvolvimento a lidar com a ameaça de novas crises de dívida e abordar os riscos do mercado de produtos de base.

Debate

59. O debate centrou-se sobre as diversas questões apresentadas pelos membros do painel, incluindo os vários factores que influenciam a mobilização de recursos, desde as fontes internas às externas, notando que os baixos níveis de poupança interna em África resultam, em parte, da falta de acesso a serviços financeiros formais nas zonas rurais e que a base tributária era baixa devido à dimensão da economia informal. O debate confirmou que a transformação económica era necessária para que África pudesse melhorar a mobilização de recursos internos, e as estratégias de crescimento devem prestar uma atenção especial ao desenvolvimento de infra-estruturas e à agricultura.

60. A discussão tomou nota que o FMI introduziu normas de disseminação de dados gerais e específicos após as anteriores crises financeiras na Ásia, Rússia e México num esforço para fazer face à crises futuras. Contudo, essas normas não foram implementadas e a sua implementação é importante para o mundo evitar crises futuras. A discussão reafirmou igualmente a importância da integração regional e do comércio intra-África de modo a impulsionar a competitividade internacional e a diversificar as fontes de crescimento como uma forma de reduzir a vulnerabilidade à crise.

61. A Conferência destacou a importância da política fiscal anti-cíclica, notando que requeria de espaço fiscal suficiente, o que está em falta em muitos países. Este facto deve-se à débil base de impostos e ao facto da maioria das receitas de impostos serem utilizadas para o pagamento de salários e dívidas de serviços externos. A discussão destacou que os impostos devem ser utilizados para promover o investimento e o crescimento como o meio de aumentar as receitas públicas no futuro. Foi destacado que os sistemas bem-sucedidos de impostos são propícios para os negócios, rentáveis e de fácil gestão.

62. A Conferência notou que o mundo poderá recuperar da actual crise financeira e económica tal como o fez no passado. Contudo, após a crise, África poderá ainda enfrentar os mesmos problemas que enfrentavam antes da crise. Esses problemas compreendem a grande dependência na exportação de produtos de base que precipitam a vulnerabilidade à choques externos. Apesar da transformação económica em África ter requerido sistemas de infra-estruturas e de ensino melhorados, entre outros factores, houve uma enorme diferença no financiamento para a realização desses requisitos. Este facto reafirma o apelo por mais auxílio no sentido de complementar os esforços das receitas internas de África à curto e médio-prazos.

Recomendações

63. Das discussões, surgiram as seguintes recomendações: importância de uma visão e de liderança para África resolver os seus crónicos desafios de desenvolvimento; propriedade das estratégias de desenvolvimento de África; complementaridade entre o financiamento externo e a mobilização interna de recursos; e a utilização de políticas fiscais para promover o crescimento económico e a transformação a longo-prazo. Em particular, a política fiscal deve ser utilizada para encorajar as actividades informais de modo a registar e encorajar o investimento nas áreas rurais.

64. A discussão recomendou que os governos devem elaborar políticas fiscais anti-cíclicas com base em resultados que promovam a estabilidade e o crescimento a

longo-prazo. Nesse sentido, a Conferência reafirmou a necessidade de melhorar o sistema de impostos e utilização de políticas fiscais para os investimentos directos rumo ao financiamento de infra-estruturas e reforço das capacidades para a mobilização de recursos domésticos. A melhoria da mobilização de recursos requer o reforço contínuo da administração fiscal, a simplificação do sistema de impostos e a utilização de tecnologias e softwares informáticos apropriados.

65. A Conferência destacou o risco associado à dependência nas receitas dos produtos de base e recomendou que os países africanos devem explorar vias para criar reservas externas para a utilização durante os períodos de choque. Devem igualmente trabalhar em estreita colaboração com a comunidade internacional de modo a conter a exportação e o branqueamento de capitais. Finalmente, a Conferência recomendou que a agenda de integração africana seja rigorosamente seguida.

Lançamento do Relatório Económico de África para 2009 (Breves considerações seguidas de uma conferência de imprensa por parte do Presidente da CUA e do Secretário Executivo do CEA sobre o Relatório Económico de África para 2009 e outras questões de destaque) (Ponto da Agenda 5)

66. Neste ponto da agenda, um evento de imprensa foi organizado para lançar a edição de 2009 do Relatório Económico de África (ERA), publicado conjuntamente pela Comissão da UA e pelo CEA, sobre o tema, *Desenvolvimento da Agricultura Africana através das Cadeias de Valores Regionais*. Falando no lançamento do relatório, o Sub-Secretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Económica para África, Sr. Abdoulie Janneh, referiu que o ERA 2009 tem duas importantes funções. Primeiro, acompanha o desempenho económico e social de África no contexto global no ano anterior. Em segundo lugar, o relatório apresenta recomendações e sugestões de políticas para a gestão futura das economias africanas.

67. O Sr. Janneh informou aos Ministros que o destaque na agricultura era necessário uma vez ser um sector importante em muitos países africanos. Notou que a União Africana tinha já importantes programas agrícolas tais como o Programa Geral de Desenvolvimento Agrícola para África (CAADP) como o quadro para o desenvolvimento da agricultura.

68. Referiu que o tema do relatório foi uma resposta à uma decisão da Conferência dos Ministros das Finanças em 2007, quando os Ministros debateram vias de aceleração das taxas de crescimento para a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento e uma das recomendações foi a de revitalizar a agricultura. Enalteceu o relatório apresentado aos Ministros e manifestou o desejo de debater as suas recomendações com os mesmos.

69. O Comissário da União Africana para os Assuntos Económicos, Sr. Maxwell Mkwezalamba, elogiou a reforçada colaboração entre a CEA e a UA, como

evidenciada pela preparação conjunta do Relatório Económico de África. Referiu que ambas as instituições trabalham arduamente de modo a apoiar a agenda de desenvolvimento dos Estados Membros. Sublinhou que a colaboração deverá criar uma plataforma estável para análise e previsão nas economias africanas. Referiu posteriormente que os países africanos concederam à Comissão da UA e a CEA um mandato de auxiliar os Estados Membros no combate contra a pobreza, e, agradeceu os Estados Membros pelo apoio às instituições no seu trabalho. Elogiou o pessoal da CEA e da Comissão da UA pelo seu árduo trabalho e manifestou o desejo sincero de que o relatório contribua para a formulação de políticas económicas nos Estados Membros.

70. O Relatório notou que a actual crise financeira e económica teria um impacto severo no crescimento em África em 2009, com uma previsão média de crescimento do PIB de 2 por cento em comparação aos 5,1 por cento em 2008. A crise havia já resultado na redução da procura das exportações de África e um severo declínio nos preços dos produtos de base. De igual modo, uma projecção do declínio no fluxo de capitais para África, incluindo as ajudas, o investimento estrangeiro directo e as remessas poderão acentuar o impacto da contracção do crédito global. Este facto iria aumentar de forma dramática o número de pessoas que retornariam à pobreza e tornar a realização dos OMDs mais difícil para muitos países. A maioria das projecções, contidas no relatório, foi feita sob a hipótese dos preços do petróleo estarem a cerca de 50 \$EU por barril. Contudo, uma vez que o preço do petróleo está actualmente a cerca de 70 \$EU por barril, a situação pode deteriorar ainda mais para alguns países.

71. O ERA 2009 examinou a questão do desenvolvimento agrícola em África a partir de um quadro regional de integração. O relatório notou com preocupação que África se tornou um importador bruto de produtos agrícolas para resolver as suas necessidades alimentares, com uma factura média de importação anual de 33 biliões \$EU de produtos agrícolas, comparado aos 22 biliões \$EU de exportações agrícolas. O relatório observou que o agro-negócio oferece uma importante oportunidade de fornecer interacções de vaivém para a agricultura providenciando-lhe insumos tais como fertilizantes, variedades de sementes de alto rendimento e serviços financeiros; e interacções futuras com o processamento da produção.

72. As diversas condições agro-climáticas de África oferecem igualmente uma oportunidade única para a produção de diferentes produtos em diferentes países, o que possibilita a comercialização entre si. Este factor pode garantir que os benefícios agrícolas das economias de escala melhorem a competitividade. O relatório destaca ainda que a agricultura moderna é importante para o desenvolvimento e industrialização, para a segurança alimentar, para a manutenção da redução da pobreza e a integração de África na economia global.

Apreciação do relatório e principais recomendações da reunião do Comité de Peritos da Reunião Conjunta Anual da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças e da Conferência da CEA dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico (Ponto 6 da Agenda)

73. Sob este ponto da agenda, o Presidente da reunião do Comité de Peritos apresentou o relatório do Comité em conjunto com oito projectos de resoluções recomendadas para apreciação e adopção por parte da Conferência, conforme consta no documento E/ECA/CM/42/2 – AU/CAMEF/EXP/Rpt(IV). O Presidente indicou que o relatório continha o resumo das principais discussões e principais recomendações que cobrem os pontos da agenda da reunião do Comité, incluindo o tema da Conferência.

74. Com relação ao tema da Conferência, o Presidente do Comité referiu que o Comité saúda o tema à luz da actual crise financeira e económica global, que afecta de forma adversa os recursos externos para o desenvolvimento. O Comité examinou várias fontes de mobilização de recursos domésticos, utilizando uma metodologia mais holística e alcançando acordos sobre diferentes opções apropriadas para o actual ambiente económico de modo a mitigar os efeitos adversos da crise no desenvolvimento do financiamento em África. O Comité destacou a necessidade de políticas e estratégias para o reforço da mobilização de recursos financeiros domésticos e externos através de instrumentos de impostos e de não-taxação que sejam justos, equitativos e criem o mínimo de dissuasão para a eficiência económica e iniciar reformas dos impostos, incluindo a ampliação da base de arrecadação de impostos e de forma progressiva, integrando o sector “informal” na economia nacional convencional.

75. O Presidente destacou igualmente as observações do Comité sobre o estatuto do proposto Banco de Investimento Africano, que foi exaustivamente discutido pelo Comité. Nesse sentido, referiu que o Comité recomendou a adopção de uma resolução sobre o estatuto e solicitou à Comissão da UA a levar a cabo mais trabalho sobre os anexos com juristas e peritos de finanças dos Estados Membros antes da apresentação à sessão extraordinária da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA (CAMEF) agendada para Novembro de 2009, para a adopção.

76. Posteriormente, o Presidente do Comité convidou a Conferência a fazer a apreciação e adopção do relatório da reunião do Comité de Peritos. A Conferência procedeu a adopção do relatório sem nenhuma observação ou comentário. O relatório geral, conforme adoptado originalmente pelo Comité está em anexo ao presente relatório como *Anexo II*.

77. Após a adopção do relatório do Comité, a Conferência apreciou de forma separada os oito projectos de resoluções anexos ao relatório. Os projectos das resoluções cobriram as seguintes questões discutidas pelo Comité: (1) Reforço da mobilização de recursos domésticos; (2) Implementação da Carta Africana de Estatística; (3) Congresso dos Economistas Africanos sobre a integração sub-regional e regional; (4) Programa Proposto de Trabalho e prioridades para o Biénio 2010 –

2011; (5) Estatutos do proposto Banco Africano de Investimento; (6) Reposicionamento do Instituto Africano de Desenvolvimento e Planificação Económica (IDEP); (7) Crise Financeira e Económica Global; e (8) Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

78. O Comité adoptou os oito projectos de resoluções com base nos seus próprios comentários, observações e emendas. As oito resoluções, conforme emendadas, estão anexas a este relatório como parte do *Anexo I*.

Diversos (Ponto 7 da Agenda)

79. Sob este ponto da agenda, não foi apresentada nenhuma questão.

Apreciação e adopção do projecto da Declaração Ministerial (Ponto 8 da Agenda)

80. Sob este ponto da Agenda, a Conferência apreciou para adopção, o projecto da Declaração Ministerial em conjunto com as oito resoluções.

81. O projecto da Declaração Ministerial foi apresentado pelo Relator da Mesa da Segunda Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros Africanos da Economia e Finanças da União Africana e dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África. Durante a sua apresentação, o Relator destacou as principais secções do projecto da Declaração, que inclui uma parte introdutória e nove secções, que cobrem o seguinte: crise financeira e económica; mobilização de recursos domésticos; Integração Regional; Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento; Alterações Climáticas; Carta de Estatística; Comércio Internacional; Banco Africano de Investimento; e os Países Menos Avançados; a Declaração Ministerial continha igualmente uma secção sobre o Voto de Agradecimento.

82. Durante a apreciação do projecto da Declaração Ministerial, os Ministros louvaram o Relator e o Secretariado pela clareza e profundidade da Declaração e apreciaram-no em detalhes. Alguns dos delegados fizeram comentários e observações gerais sobre várias secções do projecto de Declaração e através de uma orientação geral do Presidente, destacaram questões específicas que necessitavam de emendas ligeiras no projecto. Essas incluíram: menção às “condicionalidades de participação” aliadas ao apoio financeiro multilateral de modo a combater a crise financeira e económica actual; solicitação para outro assento permanente para África no G20; a contenção da exportação de capitais, para além da mobilização de recursos domésticos, solicitação para o cumprimento das promessas dos doadores. Após explicações prestadas pelo Secretariado em relação à pendente finalização das condições e questões jurídicas que regem o Banco Africano de Investimento, e no espírito da cooperação, os delegados que pediram mais emendas ao projecto da Declaração retiraram as suas observações e propuseram emendas.

83. A Conferência dos Ministros adoptou unanimemente o projecto da Declaração Ministerial tendo em conta as observações acima referenciadas e propôs emendas. A versão emendada da Declaração está em anexo a este relatório como parte do Anexo I.

84. Os Ministros apreciaram e adoptaram igualmente unanimemente as oito resoluções com ligeiras emendas a serem incorporadas pelo Secretariado. Os projectos das resoluções cobrem as seguintes áreas: (1) Reforço da mobilização de recursos domésticos; (2) Implementação da Carta Africana de Estatística; (3) Congresso dos Economistas Africanos sobre a integração sub-regional e regional; (4) Programa de Trabalho proposto e prioridades para o Biénio 2010 – 2011; (5) Estatutos do proposto Banco Africano de Investimento; (6) Recolocação do Instituto Africano de Desenvolvimento e Planificação Económica (IDEP); (7) Crise Financeira e Económica Global; e (8) Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. As oito resoluções, conforme emendada, estão anexas a este relatório como parte do Anexo.

Encerramento da Conferência (Ponto 9 da Agenda)

85. Na sua declaração de encerramento, o Secretário Executivo do CEA, o Sr. Abdoulie Janneh manifestou a sua sincera gratidão e satisfação a todos os participantes, especialmente aos Ministros por terem participado na reunião e pelas profundas contribuições para as deliberações da Conferência, que demonstram claramente a sua liderança e comprometimento para a resolução dos desafios de desenvolvimento de África. Expressou a sua satisfação ao notar que a Conferência se tornou o único fórum dessa natureza que junta os Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico para o intercâmbio de experiências em relação à questões e desafios candentes bem como chegar à consenso sobre as políticas para a resolução dos referidos desafios. Notou ainda que a discussão sobre o tema da Conferência era tanto profundo como inspirador. Referiu ser importante garantir que os resultados da Conferência contribuam para outros processos importantes tais como a próxima Cimeira do G-8 na Itália e a Reunião de Alto-Nível sobre a crise financeira e económica global, a ser realizada pelo Presidente da Assembleia Geral em finais de Junho de 2009.

86. Relativamente ao impacto da crise financeira no desenvolvimento em África, o Secretário Executivo referiu que a crise era tanto um desafio e uma oportunidade para África. Apesar da crise poder atrasar o combate de África contra a pobreza, pode igualmente ser uma oportunidade para inovação, auto-suficiência e soluções práticas. Destacou a necessidade dos países africanos continuarem a aprofundar os seus esforços para o alcance da diversificação económica e melhoria da competitividade para a efectiva integração na economia global. Agradeceu a Conferência pela sua orientação e aprovação do programa de trabalho da CEA para o biénio 2010 – 2011 e as propostas para a recolocação do Instituto Africano de Desenvolvimento e Planificação Económica (IDEP), e garantiu à Conferência que fará o seu melhor para cumprir com as expectativas dos Estados Membros. O Sr. Janneh concluiu prestando homenagem especial ao Presidente da Conferência, Sua Excelência o Dr. Youssef

Boutros-Ghali pela sua orientação hábil e pela forma eficiente como presidiu as reuniões. Agradeceu igualmente ao povo e ao Governo da República Árabe do Egipto por albergar a Conferência. Agradeceu a todos os membros do painel e ao Secretariado pelo seu árduo trabalho e contribuição para o sucesso da Conferência.

87. Na sua declaração final, o Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana felicitou os Ministros pelo seu comprometimento e pelas recomendações realizáveis apresentadas sobre a via a seguir para a abordagem dos desafios de desenvolvimento de África, especialmente no reforço da mobilização de recursos domésticos. Notou que os resultados da Conferência devem proporcionar marcas para acção ao nível dos países e garantiu aos Ministros que a Comissão da UA e a CEA continuarão a trabalhar em estreita colaboração com os demais parceiros no sentido de apoiar os Estados Membros a traduzir os resultados em acções de políticas. Destacou a questão do Banco Africano de Investimento e sublinhou a necessidade dos Estados Membros apoiarem os esforços no sentido de acelerar o estabelecimento do Banco tendo em conta a actual crise financeira e económica.

88. Na sua declaração de encerramento, o Presidente da Conferência e Ministro das Finanças da República Árabe do Egipto, Dr. Youssef Boutros-Ghali, agradeceu à Conferência pela honra e privilégio concedido a ele e ao seu país para presidir a Conferência para os próximos doze meses. Referiu que utilizará a posição para fazer com que a voz de África seja ouvida no mundo e garantir uma presença mais sólida para o continente na arena mundial. Notando que a África terá que ultrapassar a actual crise com esforços próprios, o Ministro referiu que os resultados da Conferência devem reforçar a capacidade dos países africanos de o fazer. Destacou a necessidade do continente expressar-se em uníssono de modo a reforçar a sua posição colectiva no mundo, apesar da diversidade do continente. Notou que a África é um continente rico com vastos potenciais e oportunidades para atrair a mesma quantidade de capitais e investimentos como a China e outros países asiáticos com o ambiente políticos apropriado. Acrescentou que os países africanos devem estar em sintonia entre si em termos de necessidades e interesses. Indicou que tencionava fazer uso da sua posição como Presidente durante os próximos 12 meses para realizar uma série de reuniões e consultas no sentido de levar adiante os resultados da Conferência e discutir importantes questões dos Estados Membros.

89. O Ministro das Finanças da República dos Camarões, Sua Excelência o Sr. Essimi Menye, deu o Voto de Agradecimento em nome dos Ministros participantes à Conferência. O Ministro elogiou o Secretariado pela organização de uma Conferência bem-sucedida. Em nome de todos os Ministros e os demais participantes, expressou a sua sincera gratidão à Sua Excelência o Presidente Hosni Mubarak bem como ao Governo e povo da República Árabe do Egipto por albergar a Conferência e pela hospitalidade demonstrada a todas as delegações participantes à Conferência. Notou que o tema da Conferência era oportuno e elogiou a profundidade das discussões. Reiterou o compromisso dos Ministros em trabalhar em estreita colaboração com os

Chefes de Estado e de Governo para a tradução dos resultados da Conferência em acção nos seus respectivos países.

90. O Presidente declarou encerrada a reunião.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2009

Report of the 2nd joint Au/ECA
conference of ministers of finance,
planning and economic development
Cairo, Egypt, 2-7 June 2009

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4089>

Downloaded from African Union Common Repository